



## ATAS

Acta Número Cento e Um

Folha 52

\_\_\_\_\_ Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e vinte e três, reuniu-se em sessão ordinária, a Assembleia Geral de “O Petiz” – Associação Cultural e Educativa de Apoio à Criança, com o número fiscal cinco, zero, dois, dois, dois, sete, nove, nove, zero, nas suas instalações sita na Rua de Angola, número cinquenta e sete, primeiro andar, na vila da Lourinhã. \_\_\_\_\_

Da agenda constou a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ponto um: Apresentação e votação do Relatório e Contas da Gerência de 2022 bem como do Parecer do Conselho Fiscal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ponto dois: Outros Assuntos de Interesse \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pelas vinte e uma horas e cinco minutos, na ausência do Presidente da Mesa da Assembleia, Diogo Gonçalves e da secretária Sílvia Costa, a Mesa da Assembleia foi composta por Diogo Santos como Presidente da Mesa da Assembleia e Marina Isabel Pereira Jesus e Nelson Dinis Fernandes como secretário. Diogo Santos deu início à assembleia, estando presentes vinte e um sócios, passou à leitura da Convocatória e posteriormente da ata número cem, colocou-a à aprovação pelos sócios presentes, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção das sócias Sara Costa, Marta Mateus, Ana Martins e Sílvia Antunes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Relativamente ao Ponto Um, a tesoureira Isabel Vieira tomou da palavra e apresentou o Relatório e Contas de dois mil e vinte dois tendo informado que em termos de Receitas, que incluem Subsídios, Doações e Vendas, foi gerado o valor total de trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e dezoito euros e vinte e nove cêntimos, que em termos de Vendas e Serviços prestados, onde temos as mensalidades, foi contabilizado o total de cento e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e três euros e noventa e sete cêntimos, o que demonstra que a Instituição sobrevive devido aos subsídios e mensalidades. Quanto a Gastos, os Gastos com o Pessoal representam a maior fatia, totalizando o valor de quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e dois euros e nove cêntimos, logo seguido pelo valor dos Fornecimentos e Serviços Externos, com o valor de oitenta e seis mil e setenta e um euros, relativamente a Imparidades, onde estão incluídas as dívidas irrecuperáveis referentes a quotas e mensalidades de crianças que já não frequentam O Petiz, o valor apurado é de nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos. Após o exposto, informou que o Resultado Líquido foi negativo no valor de vinte e quatro mil, quinhentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos. De seguida, a tesoureira mostrou um quadro explicativo sobre valores de utentes por valências do Petiz referente ao ano de dois mil e vinte e dois, referindo que a Creche teve um resultado de doze mil, seiscentos e trinta e quatro euros e vinte e três cêntimos, com apuramento do custo de cada criança no valor de quatrocentos e trinta e nove euros e vinte cêntimos e um rendimento por criança de quatrocentos e sessenta euros e noventa e um cêntimos. Quanto ao Pré-escolar teve um resultado de treze mil seiscentos e doze euros e vinte e oito cêntimos, o custo por criança totalizou o valor de trezentos e quarenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos e um rendimento por criança no valor de trezentos e vinte e dois euros e sessenta e três cêntimos. Por último, o CRE, Centro de Recursos Educativos, por não ser participado pela Segurança Social ao contrário das restantes valências e ser suportado somente pelas mensalidades, apresenta um valor negativo de vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e dois euros e trinta cêntimos. Cada criança do CRE tem um custo de duzentos e doze euros e sessenta e seis cêntimos e um rendimento de cento e quarenta euros e quarenta e um cêntimos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Após a apresentação do Relatório e Contas o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à vogal do Conselho Fiscal, Marta Mateus, que leu o Parecer do Conselho Fiscal cuja conclusão foi de que os valores apresentados são verdadeiros e que este é favorável à sua aprovação pelos sócios. O Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação o Ponto Um tendo sido aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Relativamente ao Ponto Dois, não havendo questões levantadas pelos sócios, tomou a palavra o vice-presidente Rodrigo Silva para expôr o actual momento da associação, informando que após uma queixa anónima junto da Autoridade para as Condições de Trabalho, O Petiz foi alvo de uma inspecção pela mesma que incidiu sobretudo sobre pagamento de salários e de horas extraordinárias. Dessa inspecção resultou uma notificação que estabelece como obrigação a actualização imediata dos vencimentos de acordo com as tabelas salariais vigentes no respectivo CCT com efeitos retroactivos a Janeiro de dois mil e vinte e três, e uma segunda obrigação que respeita a diferenças salariais de algumas funcionárias nos últimos cinco anos entre as tabelas constantes



## ATAS

Folha 53

no CCT e o valor que efectivamente receberam, essa diferença segundo apurou a ACT, ascende a cento e sessenta e oito mil novecentos cinquenta e oito euros e setenta cêntimos. O vice-presidente prosseguiu dizendo que O Petiz não dispõe desta quantia, como é do conhecimento geral, não tem património que possa alienar, somente o recheio e a carrinha mas que são necessários à actividade diária da associação, posto isto, não tendo como pagar este valor, podendo acrescer ao valor apurado outros valores referentes a anos anteriores a estes cinco anos inspeccionados e tendo em conta que após esta actualização de salários exigida pela ACT não é próspera nem equilibrada a situação económica d' O Petiz, a direcção tomou a decisão de apresentar a associação à insolvência perante este cenário porque é do entendimento da direcção que não tendo como pagar este valor é nossa obrigação assumi-lo perante o tribunal sob pena, de não o fazendo, sermos acusados de negligência ou gestão danosa e cujas consequências poderem ter implicações na vida pessoal dos membros desta direcção. A sócia Sara Costa questionou a direcção se os valores apresentados no Relatório e Contas já refletiam esta actualização de vencimentos e se haveria a possibilidade de chegar a acordo com as funcionárias, foi-lhe respondido pela presidente Maria Rosa que os valores no Relatório e Contas não refletem esse valor porque esta actualização, apesar de ter efeitos rectoactivos, foi realizada depois das contas estarem fechadas, sobre o acordo com as funcionárias, tentámos chegar a acordo, não foi possível e de qualquer forma esse acordo serviria para o encerramento deste auto mas não teria valor jurídico em caso de outros valores a ser requeridos futuramente. A sócia Marina Jesus questionou que implicações terá a insolvência, ao que o vice-presidente respondeu que, basicamente, O Petiz tal como o conhecemos desaparece pois na insolvência serão apurados os credores e será o gestor de insolvência a gerir os activos e os destinos da associação. O sócio Norberto Rodrigues questionou quais tinham sido os pontos de desacordo com as funcionárias ao que lhe foi respondido pela presidente que algumas funcionárias aceitavam abdicar, por agora, dos valores em dívida e outras manifestaram que era sua vontade receber o respectivo valor, informou também que a direcção não iria revelar as posições de cada funcionária. A sócia Sara Costa questionou o porquê de terem sido feitas obras no edifício perante esta situação, ao que o vice-presidente respondeu que O Petiz está na fase final de um processo de certificação das condições de segurança pela ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil) para obtenção de licença de utilização pelo que iremos tentar concluí-lo. A mesma sócia questionou se não seria possível reduzir os custos com fornecedores ao que a presidente respondeu que é sempre possível baixar esse valor mas que iria minorar o problema mas, infelizmente, não teria grande impacto na resolução desta situação. A sócia Flávia Salvador questionou se as mensalidades iriam sofrer alterações, a presidente respondeu que até ao final do ano lectivo não sofrerão alterações. A sócia Ana Carla perguntou quanto tempo poderá demorar a situação da insolvência, ao que o vice-presidente respondeu que não sabe responder a essa questão. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_Pelas vinte e uma e vinte e duas horas e dez minutos, não havendo mais questões, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a sessão.

Presidente: Diogo A.P. Santos

1ª Secretária: Marina Jesus

2ª Secretária: Adriana Fernandes